Volume 20 Issue 28
Originally issued as F3

Global Journal of human-social science: F
Political Science
Volume 20 Issue 3 Version 1.0 Year 2020
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Interpretações Sobre as Jornadas De Junho De 2013

By Olívia Cristina Perez
Universidade Federal do Piauí

Abstract- This article addresses certain interpretations about the origins, character istics and legacies of the protests that took place in mid-June 2013 in Brazil. The qualitative research systematized 55 academic publications about the Journeys of June. The results show that, in general, the Journeys are associated with the protests that took place in the city of Sao Paulo against the increase in bus fares. The Journeys would have expressed popular dissatisfaction with the political system and its ineffectiveness in fulfilling social demands. In addition to presenting such interpretations, the text problematizes some of them, pointing to the diversity of actors, agendas and repertoires of the protests, avoiding certain generalizations present in the researched texts. The research contributes to the knowledge about the 2013 June Journeys in Brazil, based on the conception that these are interpretations and therefore are subject to problematization.

Keywords: june journeys; june 2013; protests; manifestations; conservative wave; brazil.

GJHSS-F Classification: FOR Code: 160699



Strictly as per the compliance and regulations of:

© 2020. Olívia Cristina Perez. This is a research/review paper, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-Noncommercial 3.0 Unported License http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/), permitting all non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Interpretações Sobre as Jornadas De Junho De 2013

Olívia Cristina Perez

Abstract- This article addresses certain interpretations about the origins, characteristics and legacies of the protests that took place in mid-June 2013 in Brazil. The qualitative research systematized 55 academic publications about the Journeys of June. The results show that, in general, the Journeys are associated with the protests that took place in the city of Sao Paulo against the increase in bus fares. The Journeys would have expressed popular dissatisfaction with the political system and its ineffectiveness in fulfilling social demands. In addition to presenting such interpretations, the text problematizes some of them, pointing to the diversity of actors, agendas and repertoires of the protests, avoiding certain generalizations present in the researched texts. The research contributes to the knowledge about the 2013 June Journeys in Brazil, based on the conception that these are interpretations and therefore are subject to problematization.

Keywords: june journeys; june 2013; protests; manifestations; conservative wave; brazil.

Resumo- Este artigo aborda certas interpretações sobre as origens, características e legados dos protestos que ocorreram em meados do mês de junho de 2013 no Brasil. A pesquisa qualitativa sistematizou 55 publicações acadêmicas sobre as Jornadas de Junho. Os resultados mostram que, em geral, as Jornadas são associadas aos protestos que ocorreram na cidade de São Paulo contra o aumento das passagens de ônibus. As Jornadas teriam expressado a insatisfação popular com o sistema político e sua ineficácia na concretização das demandas sociais. Além de apresentar tais interpretações, o texto problematiza alguma delas, apontando para a diversidade de atores, pautas e repertórios dos protestos, evitando certas generalizações presentes nos textos pesquisados. A pesquisa contribui para o conhecimento sobre as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, partindo da concepção de que se trata de interpretações e por isso são passíveis de problematizações.

Palavras-chave: jornada de junho; junho de 2013; protestos; manifestações; onda conservadora; brasil.

I. Introdução

Em meados de Junho de 2013 milhares de brasileiros foram às ruas com pautas diversas que reivindicavam desde a concretização dos direitos sociais até mudanças no sistema político (Alonso, 2017; Alonso; Mische, 2016; Bringel, 2013; Bringel; Pleyers, 2015; Cocco, 2014; Coutrot, 2014; Fonseca, 2018; Mendonça, 2017; Miranda, 2017; Moraes, 2015; Nogueira, 2013; Nunes, 2014; Paccelli, 2016; Perruso, 2014; Purdy, 2017; Santos, 2014; Silva, 2015; Singer, 2013; Souza, 2017; Tatagiba, 2014; Tatagiba; Galvão, 2019; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016; Vommaro, 2015). No início eram cerca de duas mil pessoas nas ruas; em duas semanas havia mais de um milhão (Folha de S. Paulo, 2015).

Como resposta ao protesto mais famoso das Jornadas (o que ocorreu em 2013 na cidade de São Paulo), o prefeito de São Paulo à época, Fernando Haddad, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), revogou o aumento das passagens. Mas os protestos não se encerraram. Em junho do mesmo ano a ex-presidenta, Dilma Rousseff (também filiada ao PT), pronunciou-se na televisão prometendo um pacto que visava à melhoria dos serviços públicos e incluía um Plano Nacional de Mobilidade Urbana, a destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação e a importação imediata de milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Comprometeu-se também a realizar uma reforma política ampla e profunda que ampliaria a participação popular. Mas nem assim os protestos cessaram. Pelo contrário: eles começaram a ter como pauta justamente o *impeachment* da ex-presidenta (Almeida, 2019; Cruz; Kaysel; Codas, 2015; Rocha, 2019; Tatagiba, 2017, 2019; Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015).

Em meio às diversas manifestações, ocorreram as eleições presidenciais de 2014, nas quais Dilma Rousseff (PT) foi reeleita. Logo em seguida sua vitória foi questionada pelo seu adversário, Aécio Neves, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2015 iniciou-se o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o que levou seu vice, Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, depois transformado em Movimento Democrático Brasileiro, MDB) ao posto de presidente do Brasil, em agosto de 2016. Em 2018 foi eleito o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (à época filiado ao Partido Social Liberal, PSL, e agora sem partido). O governo de Bolsonaro defende pautas conservadoras por meio de práticas autoritárias, bem distantes do projeto participativo defendido pelo PT nos anos em que permaneceu na presidência do país (de 2003 a meados de 2016). Logo, o Brasil vive um outro ciclo político que, embora de forma nebulosa, tem relação com as Jornadas de Junho.

Não se sabe exatamente as origens, características e impactos de Junho de 2013. Até hoje pesquisadores e analistas políticos tentam explicar os

Autora: Doutora em Ciência Política, professora adjunta na Universidade Federal do Piauí. e-mail: oliviacperez@yahoo.com.br

© 2020 Global Journals

protestos e a posterior onda conservadora que parece ter tomado conta do país. Em geral os escritos associam as origens das manifestações aos protestos ocorridos fora do Brasil (Cocco, 2014), a certa incapacidade dos governos (Santos, 2014; Silva, 2015) e também ao acesso então recente dos manifestantes aos meios digitais (Paccelli, 2016; Santos, 2014). É comum que se relacione as Jornadas aos protestos que ocorreram na cidade de São Paulo contra o aumento das passagens de ônibus (Augusto; Rosa; Resende, 2016), embora alguns textos indiquem sua diversidade (Bringel; Pleyers, 2015; Paccelli, 2016; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016). Como legado os trabalhos destacam, de um lado, o aumento do conservadorismo na política brasileira (Lima, 2014; Nunes, 2014; Silva, 2015); de outro, a possibilidade de aprimoramento do sistema político (Nogueira, 2013), além da formação de novas organizações políticas (Bringel; Pleyers, 2015; Perez, 2019; Perruzo, 2014).

O presente texto tem como objetivo apresentar argumentos que explicam as Jornadas. A pergunta que guia a pesquisa é: quais são as interpretações sobre as origens, características e legados de Junho de 2013 de acordo com textos acadêmicos publicados sobre o assunto? Tem-se como hipótese que os escritos sobre Junho divergem a respeito do ciclo de protestos, mas que é possível organizá-los com vistas à percepção das diferentes interpretações a respeito do fenômeno. Além de apresentar tais interpretações, o texto problematiza algumas delas, apontando para a diversidade dos atores, das pautas e dos repertórios das manifestações, evitando com isso certas generalizações que aparecem nos textos.

É importante ressaltar que não se trata apenas de uma nova descrição sobre as origens, características ou legados das Jornada de Junho, tampouco de uma síntese que revele de fato o que foi Junho de 2013. Mais que isso, o texto parte do pressuposto de que Junho é um terreno de disputa que resiste a simplificações. O trabalho também não tem a intenção de abordar todas as interpretações sobre as Jornadas. Limitamos-nos aqui a algumas dessas interpretações divulgadas em periódicos científicos disponibilizados *online*.

A pesquisa apresenta uma nova abordagem ao organizar e problematizar a literatura acadêmica existente sobre as Jornadas de Junho. Pretende-se desta maneira fornecer ao leitor uma compreensão mais ampla sobre Junho, apontando para as disputas e complexidades do fenômeno.

II. Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza a técnica da sistematização da literatura para organizar as interpretações sobre Junho de 2013. A revisão sistemática da literatura parte de uma seleção criteriosa de trabalhos com vistas a reunir um conhecimento sobre determinado assunto. As revisões sistemáticas são úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente e identificar temas em comum, orientando investigações futuras (Sampaio; Mancini, 2007, p.84).

Primeiramente em março de 2019 foram levantados artigos científicos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[1] (acesso restrito) que continham o descritor "Junho" em seu assunto. Foram encontrados 44 resultados, dentre os quais três artigos não tratavam das Jornadas e outros quatro eram repetidos, logo, 37 artigos foram escolhidos para análise.

Percebeu-se que os resultados não abrangiam artigos mais recentes, em especial os de 2019. Por isso optou-se pela localização de artigos sobre Junho de 2013 no repositório de periódicos *Scielo*, embora o portal de periódicos da Capes reúna artigos publicados no *Scielo*.[2] No *Scielo* foram encontrados vinte artigos, dentre os quais nove já haviam sido extraídos da plataforma da Capes, por isso foram excluídos, e mais dois não tratavam do assunto, totalizando nove artigos incluídos na presente análise.

A busca em portais que reúnem periódicos tem suas limitações. Por exemplo, o fato de não reunirem trabalhos que ainda estão em preparação ou livros a respeito do tema. Para contornar tais limitações, foram incluídos na análise três livros que continham capítulos sobre o tema e mais um escrito por um único autor.[3] Tais livros foram escolhidos por terem sido bastante citados nos artigos.

Por fim, buscou-se anais de eventos que continham trabalhos que explorassem a questão. Foram selecionados dois trabalhos nos anais da IV *Conferência* Internacional: "*Greves* e Conflitos Sociais", fruto de uma conferência realizada em São Paulo em julho de 2018, e outros três extraídos dos anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-

[1] A Capes é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil (MEC) que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). O Portal de Periódicos da Capes é a maior biblioteca virtual do Brasil: reúne 48 mil periódicos em texto completo e é acessado por mais de 400 instituições no País (fonte: https://www.capes.gov.br)

[2] O *Scielo* é uma importante ferramenta de busca por material científico no Brasil. Segundo informações obtidas na página virtual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2015), o *Scielo* "indexa e publica em acesso aberto na internet uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros com o objetivo de aumentar sua visibilidade, acessibilidade, qualidade, uso e impacto."

[3] Trata-se das seguintes coletâneas: *Harvey*, D. et all. (2012). *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior; *Harvey*, D. (2014). *Cidades rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São. Paulo: Martins Fontes e Moraes, A. et al. (orgs.). (2014) *Junho*: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stifung; e do livro: Nogueira, M. (2013). As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: FAP; Rio de Janeiro: Contraponto.

© 2020 Global Journals

Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), datados de 2014 e 2017.

Ao todo foram localizados 46 artigos científicos, quatro livros e mais cinco trabalhos de eventos, totalizando 55 materiais acadêmicos sobre as Jornadas de Junho. Todo esse material foi lido e sistematizado com o auxílio do programa de computador NVivo (programa de computador para análise de dados qualitativos).

O conteúdo dos textos foi analisado a fim de se extrair interpretações sobre as origens, características e legados das Jornadas de Junho. A análise de conteúdo é uma técnica bastante utilizada nas pesquisas qualitativas com o objetivo de verificar a frequência com que ocorrem determinadas construções em um texto, o que permite sistematizar as informações reunidas (Bardin, 2006). Vários dos textos reunidos não versavam sobre os pontos de interesse da pesquisa e por isso não foram incluídos nas análises.

A título de exemplo e ilustração, serão retomados trechos de textos que versam sobre aspectos relacionados às Jornadas, como os protestos fora do Brasil, manifestações posteriores a 2013 ou as relações entre sociedade civil e Estado.

III. Que Foi Junho De 2013

As passeatas e protestos que se espalharam no Brasil em 2013 são chamados de Manifestações de 2013, Jornadas de Junho, Junho de 2013 ou Revoltas de 2013. A própria nomeação do fenômeno varia entre os autores. Alguns o chamam Jornadas de Junho ou Jornadas de Junho de 2013 (Bringel; Players, 2015; Fonseca, 2018; Mendonça, 20017), indicando desse modo que se trata de um clico de protestos, não apenas uma grande manifestação. Outros falam em Manifestações de Junho de 2013 (Miranda, 2017), ressaltando com isso os protestos de rua. Saibam os autores ou não que a nomenclatura traz consigo certa ênfase ao ciclo ou ao protesto, certo é que há implicações.

Optamos neste texto por chamar o fenômeno de Jornadas de Junho. Isso implica filiá-lo a um ciclo de protestos maior.[4] Além disso a nomenclatura permite estabelecer conexões entre protestos como a "Revolta do Buzú" (Salvador, 2003) e a "Revolta da Catraca" (Florianópolis, 2004-2005), que já expressavam antes de 2013 a insatisfação com o sistema político e a necessidade de concretização do direito de ir e vir por meio da redução das tarifas de transportes coletivos (Paccelli, 2016). No entanto, é importante ressaltar que, embora algumas demandas das Jornadas de Junho não fossem propriamente novidade, houve um pico dos protestos em 2013.

As Jornadas de Junho geralmente são associadas a um protesto específico iniciado em Junho de 2013 pelo Movimento Passe Livre (MPL) na cidade de São Paulo que tinha como meta fazer com que a tarifa do transporte coletivo não sofresse aumento (Augusto; Rosa; Resende, 2016).

Por outro lado, outros textos alertam para a impossibilidade de se associar as Jornadas a um único protesto (Bringel; Pleyers, 2015; Paccelli, 2016; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016). Tais estudos indicam que os protestos aconteceram em diversas partes do país (Paccelli, 2016; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016), e ademais que "as lógicas de mobilização, a composição social dos manifestantes e a correlação de forças variou consideravelmente dependendo das cidades analisadas" (Bringel; Pleyers, 2015, p.7). A identificação das Jornadas com os eventos que ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro revelaria uma visão sudestecêntrica (Tavares; Roriz; Oliveira, 2016), uma vez que ambas as cidades estão localizadas na região Sudeste do Brasil, a mais rica e populosa.

Da mesma forma que existe uma vinculação de Junho com os protestos liderados pelo MPL, existe a associação de Junho com um tipo de organização política que se apresenta como novidade, na medida em que se propõe como mais horizontal e distante da política tradicional: os coletivos (Augusto; Rosa; Resende, 2016; Gondin, 2016). Para essa interpretação, as Jornadas seriam caracterizadas pela ruptura com o sistema da política tradicional, pois comportariam e disseminariam organizações políticas mais horizontais e sem liderança.

Essa identificação tem relação com o fato de que o próprio MPL (organização considerada um símbolo de Junho de 2013) se apresenta como uma organização sem liderança, distante da burocracia e dos protocolos das organizações mais tradicionais como os partidos (Movimento Passe Livre, 2013). De fato estavam presentes nas Jornadas organizações chamadas de coletivos (Perez, 2019; Tatagiba; Galvão, 2019; Vommaro, 2015). Mas ainda assim não é possível afirmar que apenas os coletivos estavam presentes nas Jornadas.

Trata-se de um clico de protestos com variações importantes entre eles e dentro deles. Entre os atores havia diversos setores da sociedade, organizados ou não (Paccelli, 2016, p.35). Conforme estudo de Tatagiba e Galvão (2019), os grupos sociais tradicionalmente mais mobilizados, a exemplo dos trabalhadores, foram os que mais se fizeram presentes nas ruas entre 2011 e 2016. Esses dados indicam a presença de organizações tradicionais, o que vai contra uma certa interpretação de que Junho de

[4] A noção de ciclo de protestos tem como base os escritos de Tarrow (2009, p.25) segundo os quais os ciclos de confrontos acontecem "uma vez que os recursos para uma ação coletiva se tornam disponíveis para as pessoas comuns e para as pessoas que diziam representá-las [...], produzindo os períodos de turbulência e reorganização".

© 2020 Global Journals

2013 tenha reunido atores sociais novos cujas características são a autonomia e a horizontalidade.

Ainda no tocante ao tipo de organização mais presente nas Jornadas, é preciso diferenciar discursos de práticas. O fato de organizações como o MPL e outros coletivos se definirem como horizontais não permite a adoção desses critérios para todas as organizações presentes nas Jornadas. Tampouco é possível afirmar que uma organização seja de fato horizontal a partir de sua própria definição. Mesmo a autoproclamada autonomia dessas organizações pode ser questionada: primeiramente porque na própria manifestação já exige algo do Estado; em segundo lugar porque muitos integrantes de partidos que estavam nas manifestações foram eleitos para cargos públicos. A relação dos manifestantes com partidos políticos foi verificada por Souza (2017, p.14), que assim explica: "o que o ciclo de 2013 parece demonstrar pelo menos em seus padrões relacionais é uma ligação complexa entre os partidos políticos da esquerda e o MPL-SP. [...]".

Também há diferenças de interpretação a respeito das pautas dos protestos. Para aqueles que associam Junho à reivindicação iniciada por MPL de que a tarifa de ônibus não sofresse aumento, os protestos tinham relação com direitos sociais, como o de ir e vir (Augusto; Rosa; Resende, 2016.

Desmistificando certa associação de Junho com uma única pauta, Tatagiba e Galvão (2019) identificaram entre as pautas sobretudo queixas dirigidas ao governo e ao sistema político, seguidos por temas como salário, trabalho e condições de vida nas cidades. Nesse sentido, nota-se que as condições de vida na cidade não seriam a pauta principal. Outro estudo comprova o caráter amplo das manifestações por meio de análises dos cartazes dos protestos que traziam desde frases como "não são apenas os vinte centavos" (em referência ao aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo) até pautas relacionadas aos direitos dos animais (Moraes, 2015). Até mesmo pautas conservadoras que ganharam fôlego depois de 2013 já estavam presentes nas Jornadas (Alonso, 2017). Logo, a interpretação dos protestos como blocos homogêneos elimina sua diversidade.

Outra disputa diz respeito à novidade das Jornadas. O termo "novíssimos movimentos sociais" por vezes é utilizado para nomear as Jornadas (Augusto; Rosa; Resende, 2016; Gohn, 2017). Conforme essa explicação, os novíssimos movimentos sociais seriam plurais, autônomos, horizontais e apartidários (Augusto; Rosa; Resende, 2016), características de organizações distantes das estruturas institucionalizadas (Gohn, 2017). O símbolo dos novíssimos seria o Movimento Passe Livre, a organização mais associada às Jornadas, caracterizada pelos "princípios do apartidarismo, horizontalidade, autonomia e constituição de frente de luta para pressionar por um objetivo específico" (Augusto; Rosa; Resende, 2016, p.26). Até o fato de que as Jornadas teriam expressado e incentivado o discurso e a prática antipartidária e antissistêmica foi considerado uma novidade. Por exemplo, conforme Noqueira (2013), a natureza dos protestos e das organizações associadas ao MPL era não partidária. Por isso, na visão do autor, o movimento foi virtuoso quando conseguiu evitar sua instrumentalização política.

Tais interpretações, temporalmente próximas dos protestos, apontam para uma nova ordem política inaugurada pelas Jornadas: uma organização do poder mais aberta à participação da população e menos mediada por partidos políticos.

No entanto, a novidade é passível de problematizações. As passeatas de 2013 não foram bem uma novidade: os brasileiros já estavam expressando insatisfação com a política e com os serviços públicos em protestos como a "Revolta do Buzú" (Salvador, 2003) e a "Revolta da Catraca" (Florianópolis, 2004-2005). Inclusive marchas contra a corrupção aconteceram em 2011 em diversas capitais do País. As primeiras, em Brasília, levaram cerca de 25 mil pessoas para as ruas. Organizados por meio das mídias sociais, esses atos de protesto atacavam o voto secreto no Congresso, os recentes escândalos de corrupção no governo da presidenta Dilma Rousseff, a não aplicação da Lei da Ficha Limpa e até o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Nessas manifestações, evitou-se o uso de referências partidárias (Estadão, 2011).

IV. Interpretações Sobre as Origens De Junho De 2013

Junho de 2013 também é frequentemente comparado com ciclos de protestos que aconteceram em outras partes do mundo (Cocco, 2014). Em meados de 2010 grandes protestos ocorreram no âmbito internacional, como as Jornadas da Praça Tahir no Egito, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e os Indignados na Espanha (Carneiro, 2012). Pleyers e Glasius (2013) explicam que esses e outros ativismos pós-2010 têm em comum a infraestrutura de redes e reuniões que facilitam a rápida difusão de slogans, repertórios de ação e significados, processos de globalização, que influenciam de forma semelhante a geração de ativistas, e demandas e identidade centradas em três conceitos interconectados: democracia, justiça social e dignidade.

É importante ressaltar que, embora sejam apontadas similaridades entre os ciclos de protestos internacionais em 2011 e o brasileiro em 2013 (incluindo repertórios e atores), não é possível concluir que as manifestações brasileiras orientaram-se ou foram impulsionadas pelas manifestações globais. Conforme

© 2020 Global Journals

Bringel e Pleyers (2015) as mobilizações brasileiras compartilham algumas formas de expressão, ação e organização comuns a muitos movimentos contemporâneos, pois estão associadas, no espaço, a uma nova geopolítica da indignação global e, no tempo, a uma ruptura com ciclos políticos, sujeitos, práticas e concepções. Mas o Brasil tem particularidades que merecem atenção. Segundo Bringel (2013), enquanto na Europa e nos Estados Unidos a defesa era por direitos conquistados historicamente, no Brasil a reivindicação era por novos direitos ou a concretização daqueles já reconhecidos. Ademais, não houve difusão permanente e sistemática dos repertórios de ação para fora do Brasil e ao contrário do que afirma a tese da articulação do local com o global, no Brasil a escala de ação principal foi a nacional. Por fim, no Brasil, as manifestações variaram em cada cidade e expressaram demandas particulares e críticas à política local e regional.

Mobilizando um argumento mais economicista e, no entanto, ainda próximo da comparação com o cenário internacional, estudos como o de Coutrot (2014) explicam que o Brasil, assim como outras partes do mundo, passava por uma crise econômica que culminou em grande insatisfação e revolta da população. A crise econômica brasileira foi uma decorrência de crises mundiais agravada por anos de adoção de medidas neoliberais (não revertidas pelo Partido dos Trabalhadores).

Outro conjunto de argumentos para explicar as origens de 2013 remete aos limites da atuação do PT na presidência do país, em especial durante a gestão de Dilma Rousseff (de 2011 a agosto de 2016). O PT não teria conseguindo promover reformas importantes e manteve a democracia fechada aos anseios da população (Silva, 2015). Nesse sentido, como explica Fonseca (2018, p.5):

> [...] pode-se afirmar que as manifestações de junho/julho, mesmo que polifônicas, aparentemente apontam para o esgotamento do pacto incremental e conservador articulado pelo lulismo: por não enfrentar os grandes poderes constituídos, por agir apenas nas franjas do sistema de poder e por não "radicalizar a democracia".

Nesse sentido, os protestos de 2013 teriam acontecido pela incapacidade do governo petista, que mesmo após promover a ascensão de milhões de brasileiros à classe média via consumo, não conseguiu realizar reformas estruturais.

Um outro argumento que atribui ao PT certa responsabilidade pelas Jornadas de Junho defende que o partido deixou de fazer a mobilização das bases, cooptando militantes de movimentos sociais para seus quadros. Consequentemente, os movimentos sociais do campo progressista teriam se desmobilizado, permitindo assim o avanço de organizações conservadoras.

Analogamente, conforme outra explicação, a origem das Jornadas estaria na incapacidade do sistema político brasileiro de responder às novas demandas dos cidadãos (Santos, 2014; Silva, 2015). Haveria uma crise da representação e do sistema político que elegeria políticos que não atenderiam as demandas dos cidadãos. Daí a recorrente crítica aos partidos e ao sistema político nos protestos.

Conforme outra explicação, os protestos cresceram, dentre outros motivos, devido à repressão policial violenta em alguns deles. O estopim das reações contrárias à violência policial teria acontecido após os protestos em São Paulo no dia 13 de Junho de 2013, quando diversos manifestantes, especialmente jornalistas, foram feridos ou detidos pela Polícia de São Paulo (Santos, 2014). Foi nesse protesto que o repórter fotográfico Sérgio Silva da agência *Futura Press* perdeu a visão do olho esquerdo após ser atingido por uma bala de borracha disparada por um policial. A condenação social dos atos de violência policial teria levado mais pessoas a participarem dos protestos posteriores.

O aumento de acesso e uso da internet também é considerado um dos fatores que explicariam as Jornadas (Paccelli, 2016; Santos, 2014). Conforme esse argumento as redes sociais digitais, como o *Facebook* e o *Twitter*, possibilitaram a convocação e organização dos manifestantes, sendo, portanto, imprescindíveis para a mobilização de tantos manifestantes. No entanto, trabalhos como o de Machado e Miskolci (2019) ponderam que não é possível atribuir às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a eclosão dos conflitos: as TICs visibilizam, amplificam e radicalizam tensões, mas não desencadeiam conflitos por si só.

Como procuramos indicar, nos trabalhos citados é comum a associação de Junho com fenômenos novos ou recentes, tais como a popularização da internet ou a administração do PT no Governo Federal. Não encontramos trabalhos que tentem explicar Junho por meio da cultura política autoritária na sociedade brasileira. Isso faz concluir que os argumentos tendem a ser externos aos cidadãos, mas também poderiam ser internos.

V. Possíveis Legados De Junho De 2013

Depois de 2013 o discurso anticorrupção predominantemente orientado contra o PT começou a ganhar destaque entre as pautas dos protestos (Almeida, 2019; Cruz; Kaysel; Codas, 2015; Rocha, 2019; Tatagiba, 2017, 2019; Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015). Em 2014 algumas passeatas foram expressamente lideradas por organizações políticas de cunho liberal na economia e conservador nos costumes, tais como o Vem Pra Rua (VPR) e o

© 2020 Global Journals

Movimento Brasil Livre (MBL) (Gohn, 2018). Foi em manifestações como essas que proliferou o apoio à intervenção militar.

Conforme alguns interpretes, a preponderância da direita já no ciclo de protestos significou o fim de um ciclo político brasileiro iniciado com a redemocratização nos anos setenta (Mendonça, 2017, s/p.). Nesse sentido as Jornadas teriam aberto espaço para o avanço dos projetos conservadores que hoje são predominantes no país (Lima, 2014; Nunes, 2014; Silva, 2015). As práticas conservadoras teriam começado a se manifestar em 2015 nas passeatas que pediam o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, desembocando por volta de 2018 em apoio à ditadura e em votos para um candidato de ultradireita (Jair Bolsonaro) nas eleições presidenciais. Nesse processo, a esquerda arrefeceu e virou alvo de críticas alimentadas pelo discurso anti-PT.

Uma das explicações para a guinada do ciclo de protestos à direita é a possível cooptação das manifestações pelas forças conservadoras (Nunes, 2014). De acordo com essa interpretação, as manifestações iniciais eram autônomas, horizontais e à esquerda. No entanto, a direita (também com seus partidos) usou as manifestações para disseminar e impulsionar pautas conservadoras. Lima (2014, s/p.) explica que "o que começou como veemente condenação transformou-se da noite para o dia não só em tentativa de cooptação, mas também em um esforço para instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes". Uma das instituições responsáveis por essa inversão de pauta teria sido a "velha mídia" (TV, diário e jornal), que no início condenava os protestos e depois passou a apoiá-los, inclusive incentivando a participação de seu público. Nesse sentido, de modo geral, as jornadas de Junho de 2013 teriam sido invadidas por conservadores, o que gerou um enfraquecimento das pautas iniciais do MPL e contribuiu para a deposição do governo Dilma.

No entanto, embora essa interpretação descreva parcialmente a emergência das tendências reacionárias que se anunciariam nos protestos, nem por isso seria possível compreender Junho como um bloco homogêneo à esquerda seguido por outro bloco de protestos também homogêneo, desta vez à direita. Pesquisadores mostram que há continuidades entre Junho de 2013 e os protestos conservadores posteriores. Em que pesem as diferenças entre os protestos, em Junho de 2013 já estavam presentes pautas e membros de partidos mais à direita: por exemplo, as que ressaltavam o fim da corrupção com ênfase moral. Para Angela Alonso, em Junho (2017, p.52):

> [...] não era um "todos contra tudo o que está aí". Havia preponderâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente "padrão Fifa") ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão ("Corruptos").

De fato, pautas e organizações conservadoras já estavam presentes em Junho, embora tenham ganho ênfase em protestos posteriores. A pesquisa sobre a nova direita conduzida pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mediante entrevistas com 432 manifestantes, apontou que mais de dois terços dos manifestantes participaram das passeatas que pediram o *impeachment* de Dilma Rousseff, enquanto mais de um terço participou dos protestos de Junho de 2013 (El País, 2018). Portanto uma parte das pessoas que compareceram aos protestos em Junho de 2013, cinco anos depois voltaram às ruas para apoiar um candidato conservador nos costumes e liberal na economia.

Isso pode parecer um contrassenso. Mas segundo argumentação aqui apresentada, Junho de 2013 foi tão diverso que não se pode atribuir àquelas manifestações um caráter democratizante. Isso não significa que os atores, pautas e repertórios mobilizados em Junho de 2013 sejam iguais aos das manifestações de apoio ao presidente Bolsonaro. Mas sim apenas que em Junho houve uma diversidade de atores que deve ser considerada, percepção que ajudaria a relativizar ideia de que o Brasil "virou": os conservadores já estavam nas ruas nas Jornadas de Junho.

Inversamente no entanto, a associação das Jornadas com o fim do ciclo político democratizante no Brasil também falha em descrever totalmente a complexidade do processo. Ela desconsidera outros fatores que têm relação com a eleição de Jair Bolsonaro, como o interesse dos empresários pela pauta ultraliberal do presidente eleito, ou o impacto das novas tecnologias da comunicação nas eleições. Em última instância, uma interpretação que relacionasse diretamente a presença da direita em Junho à configuração política atual poderia culpabilizar os manifestantes e as organizações políticas presentes em Junho pela ascensão de um projeto conservador, distinto das ideias defendidas por grande parte dos manifestantes que saíram às ruas em junho. E se os interesses empresariais e a própria ascensão vertiginosa da figura de Bolsonaro apontam para fatores posteriores, estudos como o de Moisés (2008) revelam traços autoritários na cultura política brasileira anos antes das Jornadas.

© 2020 Global Journals

Para além dos impactos no sistema político institucional ou eleitoral, algumas interpretações também apontam para um outro tipo de legado de Junho de 2013: a reconfiguração do ativismo social (Bringel; Pleyers, 2015; Perez, 2019; Perruzo, 2014). Parte desse legado seriam os coletivos, organizações que se propõem discursivamente como estruturas novas, fluidas, mais horizontais e divergentes das organizações políticas tradicionais, repudiadas em virtude de seu excesso de normas e hierarquias (Perez, 2019).

Assim como o significado de Junho de 2013 varia nas interpretações posteriores, durante o processo ele também foi múltiplo de acordo com o espectro político pelo qual era interpretado. No calor do momento, a televisão mostrava a ocupação de centros de poder (Congresso Nacional e Assembleias Legislativas), enquanto na internet circulavam expressões como "O Gigante acordou", como se de fato os brasileiros tivessem despertado de um sono profundo de alienação política e social. A ideia de que o brasileiro havia "despertado" para seus direitos transmitia uma alegria em relação às manifestações. Para intérpretes como Nogueira (2013), havia uma esperança de que a política do Brasil seria aprimorada. Se o brasileiro em geral, e os jovens em particular, eram considerados passivos e pouco interessados em política, as manifestações de Junho de 2013 poderiam estar mostrando que esse cenário havia mudado.

É certo que nem todas as interpretações eram carregadas de esperança: em meio à euforia, alguns militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) – partido mais à esquerda no espectro político – desconfiavam que as manifestações poderiam ser o germe do fim da democracia (cf. Miranda, 2017). Como a pauta inicial do movimento tinha como alvo a gestão municipal em São Paulo de Fernando Haddad, filiado ao PT, os petistas se preocupavam com o impacto da mobilização contra um governo mais à esquerda. André Singer, por exemplo, porta-voz da presidência da República no primeiro governo Lula, minimiza os efeitos de Junho ao escrever que: "o Junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado". (Singer, 2013, p.24). Para o autor, as Jornadas não questionavam as relações de classe e propriedade, essas sim centrais para grandes transformações sociais.

As interpretações a respeito do ciclo de protestos disputam significados e revelam preferências políticas distintas. Segundo um esquema bem geral, de um lado existem interpretações mais entusiastas a respeito de Junho de 2013 e seu potencial de expressão da democracia; de outro, critica-se as Jornadas por hipoteticamente terem contribuído para a perda de legitimidade dos governos petistas. Em meio a essa disputa, acadêmicos procuram mostrar dados que apontam para a diversidade das Jornadas e a impossibilidade de leituras simplificadas a seu respeito.

Mas o espectro político não é a única forma pela qual seria possível organizar as diversas interpretações sobre Junho. Uma vez que as Jornadas consistiram em um processo progressivo e contraditório que deu vazão a questões de ordens diversas, suas interpretações também podem organizadas de acordo com o momento em que foram produzidas. Em um momento imediatamente posterior, os escritos constatavam com entusiasmo que os brasileiros estariam se mobilizando para finalmente exigirem seus direitos, com destaque para o direito à cidade e o direito a serviços públicos de qualidade. Passados alguns anos, as análises tornaram-se mais cuidadosas na medida em que traçavam distinções entre os ciclos de protestos e indicavam diversidade até mesmo dentro de um único ciclo — essa também foi a intenção do presente artigo.

VI. Conclusão

Este artigo buscou organizar e problematizar os escritos sobre o maior ciclo de protestos ocorrido no Brasil pós-redemocratização, as Jornadas de Junho. Seu esforço principal foi distinguir os argumentos segundo as características, origens e consequências das Jornadas.

Dentre as diversas análises, concordamos com aquelas que mostram o quanto Junho de 2013 foi diverso, reunindo pautas e atores distintos. Essa posição evita simplificações das Jornadas como blocos homogêneos. Pautas à direita, por exemplo, já estavam presentes em Junho, embora tenham ganhado tônus em protestos posteriores. Também destacamos o quanto Junho poder ter sido uma continuidade de protestos anteriores, o que nos põe em posição oposta às que hipertrofiam a novidade do período e das organizações presentes nos protestos.

Mesmo feitas tais ponderações, Junho de 2013 ainda surpreende por aparentemente ter marcado o encerramento do ciclo democratizante no Brasil e a ascensão posterior de governos e pautas conservadores. No entanto, consideramos que o conservadorismo, bem como certo apoio ao autoritarismo, já eram parte da cultura política brasileira e de tempos em tempos ganharam projeção. Nesse sentido, Junho não é uma "virada" na política brasileira. O Brasil se considerava democrático sem antes ter internalizado a democracia, em especial entre os empresários com maior influência sobre o sistema político.

Com base nessa interpretação sugere-se que seria importante o desenvolvimento de pesquisas que revelassem o quanto Junho de 2013 e a onda conservadora posterior replica e alimenta o conservadorismo e o autoritarismo que faz parte da

© 2020 Global Journals

sociedade brasileira. As pesquisas devem entender as Jornadas como continuidades, mais do que como rupturas.

References Références Referencias

1. Almeida, R. (2019). 'Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira'. *Novos Estudos CEBRAP* 38 (1): 185-213.
2. Alonso, A; Mische, A (2016). 'Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests'. *Bulletin of Latin American Research*: 1-16.
3. Alonso, A. (2017). 'A política das ruas? Protestos em São Paulo de Dilma a Temer'. *Novos Estudos CEBRAP* (ed. especial): 49-58.
4. Alves, G. (2012). Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, D. et all. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior: 31-38.
5. Augusto, A; Rosa, P. O.; Resende, P. E. R. (2016). 'Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos.' *Revista Estudos de Sociologia* (40): 21-37.
6. Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
7. Bringel, B. (2013), 'Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013'. In: BRINGEL, B.; Domingues, J. M. (Orgs.). *As jornadas de junho em perspectiva global*. Rio de Janeiro: Netsal: Iesp: 16-29.
8. Bringel, B. e Players, G. (2015). 'Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil'. *Nueva Sociedad* 259: 4-17.
9. Carneiro, H. (2012) 'Apresentação'. In: HARVEY, D. et all. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior: 04-14.
10. Cocco, G. (2014). 'A Constituição do trabalho metropolitano: junho-outubro de 2013'. *Liinc em Revista* (10): 149-162.
11. Coutrot, T. (2014). ´Brasil. Turquia: algumas lições de Junho de 2013'. *R. Pol. Públ*, (Número Especial): 33-39.
12. Cruz, S. V., Kaysel, A. e Codas, G. (ed.) (2015). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, Fundação Perseu Abramo: São Paulo.
13. EL PAÍS. (2018). Bolsonaro depura sentimento anti-PT e colhe manifestação mais conservadora. Reportagem publicada em 22/10/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540235666_152785.html?fbclid=IwAR0HZcrWQlGJK31G_zSUPGkd9rljiwie9ah9UISr20ib1vTUmlhQHWkPhRg>. Acesso em outubro de 2018.
14. FAPESP. *[SOBRE O SCIELO].* Disponível em <http://www.fapesp.br/62>. Acesso em 21 maio de 2018.
15. Folha de São Paulo. *Protestos de junho de 2013 atraíram 1 milhão no auge. Reportagem publicada em 15/03/2015. Disponível em< https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml>* Acesso em outubro de 2018.
16. Fonseca, F. (2018). 'De Junho de 2013 ao golpe parlamentar: polifonia, contradições, atores e impactos.' IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. *Anais*... São Paulo.
17. Gohn, M. G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil*. São Paulo: Cortez.
18. GOHN, M. G. (2018). 'Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação'. *Caderno CRH* (82): 117-133.
19. Gondim, L. M. P. (2016). 'Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013'. *Polis* [online] (44): 357-379.
20. Harvey, D. et all. (2012). *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior.
21. Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São. Paulo: Martins Fontes.
22. Lima, V. (2014). 'Mídia, rebeldia urbana e crise da representação'. In: Harvey. D. *Cidades rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São. Paulo: Martins Fontes.
23. Machado, J.; Miskolci, R. (2019). Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, *9* (3): 945-970.
24. Mendonça, R. F. (2017). 'Junho de 2013: um balanço necessário'. 41º. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. *Anais*... Caxambu.
25. Miranda, J. (2017). 'O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013.' *Revista de Ciências do Estado* (2): 422-435.
26. Moises, J. A. (2008). 'Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira.' *Rev. Bras. Ci. Soc*. (66): 11-43.
27. Moraes, A.et al. (orgs.). (2014) *Junho*: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stifung.
28. Moraes, É. (2015). 'Brasil "redemocratizado": um gigante que acordou? A discursividade midiática sobre os protestos de junho de 2013'. Revista *Eletrônica do Programa do Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, (6): 131-151.

© 2020 Global Journals

29. Movimento Passe Livre - São Paulo. (2013). 'Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo'. In: Maricato, Ermínia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013,
30. Nogueira, M. (2013). As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: FAP; Rio de Janeiro: Contraponto.
31. Nunes, M. (2014). 'Comunicação e sociedade civil: as manifestações brasileiras em junho de 2013.' *Revista Uninter de Comunicação* (2): 76-93.
32. Paccelli, G. (2016). 'Ação coletiva e confronto político: uma leitura das manifestações de junho de 2013 no Brasil.' *Entropia* (1): 34-56.
33. Perez, O. C. (2019). 'Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho'. *Opinião Publica* (25): 258-256.
34. Perruso, M. (2014). 'As manifestações de Junho de 2013 e o horizonte dos movimentos sociais no Brasil.' 38º. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. *Anais...* Caxambu.
35. Purdy, S. (2017). 'Brazil's June Days of 2013: Mass Protest, Class, and the Left'. *Latin American Perspectives* 46(4): 15-36.
36. Rocha, C. (2019). '"Imposto é Roubo!" A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff.' *Dados*, *62: 1-42.*
37. Sampaio, R.F.; Mancini, M.C. (2017). 'Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.' *Rev. bras. fisioter*, (11): 83-89.
38. Santos, E. (2014). 'Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013.' *Liinc em Revista* (10): 86-95.
39. Silva, I. (2015). 'Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013.' Revista de Políticas Publicas (UFMA): 393-402.
40. Singer, A. (2013). 'Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas'. *Novos estudos CEBRAP*, (97): 23-40.
41. Souza, R. (2017). 'Quando os partidos entram em cena: Redes Políticas entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos no Ciclo de Protestos de 2013 a 2016'. 41º. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. *Anais...* Caxambu.
42. Tarrow, S. (2009). *O poder em movimento*: *movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
43. Tatagiba, L. (2014). '1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil'. *Política & Sociedade* 28: 35-62.
44. Tatagiba, L. (2017). 'Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)'. *Sinais Sociais* 33: 71-98.
45. Tatagiba, L., Trindade, T., Teixeira, A. C. (2015). 'Protestos à direita no Brasil (1997-2015)', *in* S. V. Cruz; A. Kaysel; G. Codas (ed.), *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
46. Tatagiba, L.; Galvão, A. (2019). 'Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)'. *Opinião Pública* 25 (1): 63-96.
47. Tavares, F. M. M., Roriz, J. H. R., Oliveira, I. C. (2016). 'As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do Junho brasileiro em 2013'. *Opinião Pública* 22: 140-166.
48. Vommaro, P. (2015). *Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina*: tendencias, conflictos y desafios. Argentina: Grupo Editor Universitário.

© 2020 Global Journals